

# ORDEM NOVA

Ano XXII

VILA REAL

27

Maio  
1954

Número 431  
— 3.ª série —

ORGÃO DA UNIÃO NACIONAL DO DISTRITO DE VILA REAL — PROPRIEDADE DA COMISSÃO DISTRITAL DA U. N.

Redacção:

RUA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, 31-33

DIRECTOR E EDITOR

Coronel José Montelro da Rocha Peixoto

Administração, Composição e Impressão

Imprensa Artística — Vila Real

## 30 anos de trabalho

*O País vive uma hora alta de exaltação. Hora alta, mas consciente. Consciente e orgulhosa.*

*Vão decorridos 30 anos sobre a data histórica do 28 de Maio.*

*Nesse dia, do ano de 1926, Gomes da Costa partia de Braga à frente das suas tropas.*

*O Exército reagia contra dezenas de anos de desordem, incarnando a consciência nacional que profundamente lamentava o descrédito do País e reclamava ordem, trabalho e confiança.*

*Dois anos depois aparecia Salazar, escolhido para Ministro das Finanças.*

*Em 1932, ascendeu, por mérito próprio e feliz escolha do Presidente Carmona, a Presidente do Conselho onde, graças a Deus, se tem mantido até hoje.*

*Entretanto, o movimento chamado Revolução Nacional é doutrinado, estruturado e realizado.*

*Salazar traça o ideário do Estado Novo.*

*A Nação apoia-o incondicionalmente.*

*Os homens de real valor seguem-no.*

*O País reintegra-se na sua missão histórica: finanças equilibradas, império unido, política estável, defesa da paz, impulso à assistência e educação, confiança no futuro.*

*Decorreram três dezenas de anos, em época de guerras, de ansiedades, de incertezas internacionais.*

*As ideias enteziraram-se e classificaram-se.*

*A confiança aprofundou-se.*

*A casa ficou em ordem, na Metrópole e no Ultramar.*

*E' hora de meditação.*

*Trinta anos são nada na vida de um povo, mas foram tudo na salvação da Pátria: olhos bem abertos, ouvidos à escuta, fé sem tibiezas, confiança no futuro, fidelidade aos princípios, — e a Revolução continuará.*

*Trinta anos depois é esse o imperativo. Por isso, avante.*

**Entusiástica, vibrante e acolhedora recepção ao ilustre titular da pasta da Justiça Prof. João Antunes Varela**

**que inaugurou, com toda a solenidade, o Palácio da Justiça, de Vila Real**

O Sr. Prof. Dr. Antunes Varela, ilustre Ministro da Justiça, esteve ontem nesta cidade, para presidir à cerimónia inaugural do Palácio da Justiça, magnífico empreendimento, há muito desejado e agora inaugurado, dentro do plano das comemorações do XXX aniversário da Revolução Nacional, foi alvo de uma apoteótica manifestação, por parte de todos os vila-realenses que quiseram, assim, patentear, ao Governo de Salazar, na pessoa daquele membro do Governo, o seu reconhecimento pelos numerosos benefícios com que o Estado Novo

dotou o distrito, nestes últimos 30 anos.

O Sr. Prof. Antunes Varela foi recebido no alto de Espinho — limite do distrito — pelos Srs. Coronel Augusto Sequeira, governador civil; eng.º Humberto Cardoso de Carvalho, presidente do Município, acompanhado de toda a vereação; Dr. Carlos Augusto Sanches, presidente da Junta de Província de Trás-os-Montes e Alto Douro; coronel Rocha Peixoto, presidente da comissão distrital da U. N. e comandante da L. P.; dr. Borges da Fonte, Presidente da Comissão Concelhia

da U. N.; dr. Botelho de Sousa, corregedor do Círculo Judicial; dr. António Tibúrcio Monteiro, delegado distrital do Instituto de Assistência à Família; dr. João Cota, delegado do I. N. T. P.; magistrados, engenheiros, directores de serviços, representantes de organismos corporativos e de coordenação económicas, de associações desportivas, culturais e recreativas, etc.

O Senhor Ministro da Justiça, chegou, ali, de automóvel, acompanhado do seu chefe de gabinete, dr. José Manso Preto e, após uma breve troca de cum-

primentos, seguiu num longo cortejo de mais de cem carros para esta cidade.

A cidade encontrava-se engalanada com galhardetes e bandeiras e, durante todo o percurso, o Senhor Ministro da Justiça foi alvo de grandes manifestações por parte da população que o aclamava sem cessar. O comércio local fechou as suas portas para que toda a gente sem distinção de classes pudesse homenagear na pessoa do Senhor Ministro ao Governo de Salazar. A sua chegada aos Paços do Concelho, girândolas de morteiros estrondearam e a multidão que ali se encontrava, mau grado a chuva que durante toda a manhã caiu incessantemente, irrompeu em grandes aclamações quando da chegada do Senhor Ministro. O Sr. Prof. Dr. Antunes Varela, após haver passado revista à guarnição de honra, formada por uma companhia com terno de clarins, do Regimento de Infantaria 13, comandada pelo sr. Capitão Domingos Olivério de Guimarães, deu entrada na Câmara Municipal em cuja escadaria de acesso ao andar nobre se perfilavam os filiados da Milícia da Mocidade Portuguesa, armados e equipados, que apresentaram armas à chegada daquele membro do Governo. Alunas da Escola do Magistério Primário, lançaram sobre o Prof. Antunes Varela pétalas de flores e foi sob aclamações que aquele membro do Governo deu entrada na Câmara Municipal, onde o recebeu o venerando Bispo de Vila Real, senhor D. António Valente da Fonseca. Ali, e na sala das sessões, efectuou-se uma breve sessão de boas-vindas.

Falou em primeiro lugar o presidente do município, sr. eng. Humberto Cardoso de Carvalho, que disse:

Excelência:

Tem Vila Real a honra de receber adentro de seus muros um dos mais ilustres membros do Governo da Nação. Com a mais profunda satisfação no desempenho da honrosíssima missão, que me incumbe, como Presidente do seu Município, trazendo a Vossa Excelência as nossas saudações mais veementes, com os nossos cumprimentos mais sinceros e carinhosos.

Benvindo seja Vossa Excelência, Senhor Ministro, a esta nobre Cidade, alta e altiva de quem Marão, que não se entregando com facilidade e pot temperamento a grandes manifes-

tações, hoje vestiu as suas melhores galas para colaborar ruidosamente, a honra que Vossa Excelência se dignou conceder-lhe.

A reunião em massa da população, desde o mais categorizado ao mais humilde funcionário; desde as crianças das escolas aos alunos e professores dos diversos estabelecimentos de ensino; dos representantes do comércio, que não hesitou em tomar a iniciativa de encerrar as suas portas; dos trabalhadores rurais, ao lado dos operários de construção civil, e das deputações que as inúmeras Freguesias do Concelho quiseram também enviar hoje à sede, apesar de se tratar de um dia útil e atravessarmos a época de maior actividade agrícola do ano, prova a Vossa Excelência que as minhas apagadas e descoloridas palavras, interpretam, neste momento, a unidade do sentimento dos munícipes Vila-realenses.

Todos saudam Vossa Excelência, e em Vossa Excelência, Craveiro Lopes e Salazar, as duas grandes figuras nacionais de hoje, connosco e para além de nós.

A solícita presença do Governo, em todos os recantos do país, nestas festivas datas da comemoração da Revolução Nacional, é reconfortante certeza de uma animadora continuidade.

Esta região trasmontana, que tanto deve à proba e duradoura acção do Estado Novo, orgulha-se de receber o seu Ministro. Pode Vossa Excelência ter a certeza de que aqui se sentirá como em casa própria, pois que se é timbre da ilustre casa lusitana a hospitalidade, ela culmina entre nós pelo mais alto sentido de respeitosa, ainda que familiar acolhimento.

Acresce ainda que o melhoramento que Vossa Excelência vem inaugurar, concretizou a satisfação de mais um velho anseio de Vila Real e do seu Concelho.

Este, e muitos outros, como o magnífico edifício dos C. T. T. e as magestosas instalações do nosso glorioso R. I. 15, a grande reparação da ponte metálica sobre o Corgo e da Avenida marginal, o alargamento da pista do Circuito automobilístico internacional, as casas dos magistrados, em construção, e tantos mais, constituem um conjunto notável de empreendimentos levados a cabo nestes últimos anos e que só na Revolução Nacional encontrou ambiente e condições de realização.

Não podia, pois, a data ter sido mais escolhida. E a minha geração, criada já no clima fecundo e criador, que o 28 de Maio pacificamente impôs à Nação, faz agora 30 anos, orgulha-se de testemunhar ao Governo de Salazar, na pessoa de Vossa Excelência, a mais viva gratidão, pelo sacrifício desse Homem providencial ao progresso da Nação Portuguesa.

Todos sabemos como Vossa Excelência traduz, pela excelente formação jurídica e pela nobre acção política, o pensamento do grande Chefe ideológico da Revolução hoje comemorada. Se podem ser estimulantes as nossas homenagens, aceite-as Vossa Excelência e transmita-as ao obreiro exemplar do nosso ressurgimento. Saibam, Ele e o Governo, que esta encantadora Cidade de Vila Real compreende e secunda os esforços superiores pelo engrandecimento de Portugal. Saibam que é vibrante de gratidão e reconhecimento, a nossa voz modesta e rude, mas sentida e expressiva na sua simplicidade.

Esta jornada é garantia iniludível, de que também aqui a Revolução vai continuar, tanto no campo moral como no domínio do material; com a ajuda Governamental, continuaremos a pugnar pelo prestígio dos princípios — Deus, Pátria, Honra, Família e Trabalho — que dignificam as actividades dos homens e as épocas históricas, no campo espiritual, social e económico, e continuaremos a trabalhar pelo alargamento das realizações — estradas, fontes e electrificações — que facilitam a vida das populações, e atestam a capacidade

dos governos, projectando a sua memória na alma do povo e na teia dos tempos. Também aqui, Senhor Ministro, a Revolução continuará. Estratificou-se cada vez mais aquela mentalidade nova, que o Chefe preconizou e que tem feito ressurgir Portugal... «Todos não somos demais»...

A honra da presença de Vossa Excelência, que eu agradeço, em nome do pessoal, da Câmara e da Cidade, é magnífico estímulo, que sabemos aproveitar, para maior gratidão ao Governo, para maior satisfação no presente, para mais e melhor trabalho no futuro.

Seguidamente o Sr. Prof. Antunes Varela, ilustre titular da pasta da Justiça, num breve improvisado, agradeceu a recepção e as homenagens que lhe foram prestadas.

Terminada esta cerimónia, todos os presentes se dirigiram para o Governo Civil, a fim de procederem à inauguração da Exposição de Obras Públicas, referente a tudo quanto nestes últimos trinta anos se realizou sob a égide do Estado Novo, no distrito de Vila Real.

Aquele membro do Governo cortou a fita que vedava a entrada na Exposição e depois usou da palavra o sr. Governador Civil, que disse:

Senhor Ministro:

Por sugestão superior, recebida jubilosamente em Vila Real, organizou-se a modesta exposição que Vossa Excelência nos acaba de conceder a honra de inaugurar.

Modesta como é, tem na verdade um alto significado.

Em primeiro lugar, celebrando 30 anos de governação pública «período que já não passará despercebido na História portuguesa», como afirmou com a sua transcendente autoridade Sua Ex.ª o Presidente do Conselho, constitui uma sincera e vibrante homenagem ao Exército Português que fez o 28 de Maio; a Salazar que, equilibrando as finanças e estruturando o Regime, salvou o País; a todos os Ministros que durante este largo período passaram pelas cadeiras do Poder e devotadamente serviram a causa sagrada do interesse colectivo e do Bem Comum; aos funcionários de todos os graus hierárquicos que honestamente cumprem o seu dever; às autarquias locais, as quais, com o maior entusiasmo e dedicação, labutam pelo progresso das suas terras; aos obscuros habitantes das aldeias, vilas e cidades do Distrito, que graciosos e devotadamente têm lutado e trabalhado para levar a cabo os melhoramentos que tornarão mais favorável e suave a sua áspera luta pela vida.

Todos portugueses, todos constituindo magnífica equipa, conjugando esforços para com os poucos recursos da nossa pobreza e sem recorrer a estranhos, tornar possível o milagre de operar, com passo firme, a grande e bela obra da transformação material do País — todos, do mais destacado ao mais obscuro, são igualmente dignos da nossa eterna e comovida gratidão.

Simultaneamente servirá uma mais que legítima finalidade política, mostrando aos habitantes de Vila Real e do Distrito — afinal aqueles que directamente beneficiam do intenso labor realizado — a forma como têm sido aproveitados os dinheiros públicos, avaramente administrados e aplicados com severo critério.

Louvado Deus, pode facilmente verificar-se não se ter perdido o tempo. Aos que, pela sua idade, toma-

ram parte activa na jornada, um simples exame dos mapas, gráficos, fotografias e números que enriquecem estas paredes, servirá sem dúvida de reconfortante recordação e ao mesmo tempo de consoladora recompensa moral dos esforços feitos e do dever cumprido.

Aqueles que, mais jovens, não conheceram senão esta paz abençoada em que vivemos e esta fase de febre construtiva que atravessamos, poderá esta simples exposição servir-lhes de útil estímulo para continuarem, com redobrado vigor, a tarefa sagrada que não pode parar, nem conhecer desânimos ou soluções de continuidade.

Por último, Senhor Ministro, uma palavra mais — esta de gratidão.

Gratidão aos ilustres titulares dos Ministérios cujas actividades estão aqui representadas, pelas facilidades que se dignaram conceder — sendo justo distinguir, nesta oportunidade, Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, obreiro incansável, capacidade invulgar, continuador magnífico da bela obra realizada pelos seus ilustres antecessores.

Agradecimento ao Senhor Correio Mor, aos Senhores Directores-Gerais dos Serviços de Urbanização, dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na sua Delegação de Construções de Escolas Primárias, dos Serviços Hidráulicos, dos Serviços Florestais, aos Senhores Presidentes da Junta Autónoma de Estradas, da Junta de Colonização Interna, da Comissão de Construções Hospitalares, pela prontidão e desvelo com que se dignaram atender do melhor modo o pedido que lhes fiz da sua colaboração.

Agradecimento ainda aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais — sendo justo destacar o Sr. Presidente da Câmara de Vila Real pelo interesse especial que ao assunto dedicou — aos Senhores Engenheiro Director da 1.ª Circunscrição Florestal, Administrador do Perímetro Florestal de Vila Real e seus colaboradores, ao Sr. Director das Estradas do Distrito, ao Sr. Chefe da Circunscrição dos C. T. T. e ao Sr. Delegado da Junta de Colonização Interna, pela dedicação e extrema boa vontade que puseram ao serviço da exposição.

A direcção dos trabalhos, e por consequência a tarefa mais pesada e de maior responsabilidade, incumbiu à Direcção dos Serviços de Urbanização do Distrito.

Ao Sr. Director, Engenheiro Manuel Barreto, quero agradecer a boa vontade e dedicação com que correspondeu ao meu apelo e felicitá-lo pela maneira feliz com que resolveu o problema que lhe foi posto. Ao Sr. Arquitecto Batista Borges agradeço igualmente os preciosos serviços prestados.

Aos seus colaboradores mais directos e a todos aqueles que de algum modo concorreram para o êxito da exposição, não esquecendo os mais humildes operários, os meus vivos agradecimentos.

Esses agradecimentos são bem justos e bem devidos, Senhor Ministro, pois bastará informar Vossa Excelência de que tudo quanto aqui está, e representa muitas e largas horas de trabalho, preocupações e cuidados, foi feito sem prejuízo das obrigações normais.

E' com este espírito de servir, com esta dedicação, que se fazem milagres e se realizam grandes obras.

O Sr. Prof. Dr. Antunes Varela percorreu depois toda a Exposição, que vivamente o entesousou, e que dá ideia bastante real da política de realizações do distrito.

Seguidamente, no ginásio do Liceu foi oferecido ao ilustre visitante, um almoço em que participaram cerca de 200 pessoas.

Aos brindes, o ilustre Chefe

do Distrito saudou aquele membro do Governo, nos seguintes termos:

Senhor Ministro:

Acabou Vossa Excelência de receber há pouco na Domus Municipalis desta vetusta e ridente Cidade-Vila, as homenagens e cumprimentos de boas-vindas que lhe eram devidas, pela voz do Presidente da Câmara Municipal, legítimo representante dos habitantes do concelho.

A' mesa deste banquete está Vossa Excelência agora rodeado dos Deputados pelo Círculo; das Autoridades Administrativas da Província e de todos os concelhos do Distrito, que aqui representam as suas populações; dos Magistrados e Delegados do Ministério Público, do Círculo Judicial e de todas as Comarcas; de todos os Conservadores e Notários; dos advogados de Vila Real e representantes da respectiva Ordem nas diferentes Comarcas; da Comissão Concelhia de Vila Real e de toda a Comissão Distrital da União Nacional, em representação dos restantes organismos políticos de todo o Distrito; dos representantes dos Grémios e actividades bancárias de Vila Real; dos Comandos das Forças Armadas que aqui têm a sua sede.

Quiseram ainda as Senhoras de Vila Real estar presentes neste dia de festa, para alegarem o ambiente com a sua graça, para o enobrecerem com as suas virtudes e para significarem que, boas Portuguesas, boas Mães e boas Esposas, lhes não são indiferentes os acontecimentos de especial relevo da vida política do País e que a obra de resgate há 30 anos iniciada e felizmente em plena marcha, com redobrado vigor, lhes merece o melhor carinho e a mais patriótica aprovação.

Pois bem. No uso dum direito que me conferem as funções que exerço e a consciência de sempre ter feito ouvir a minha voz na defesa dos legítimos interesses e aspirações de todas as actividades — administrativas, económicas, políticas — aqui presentes na pessoa dos seus mais distinguidos representantes, eu tenho a honra de, em nome de todos, em nome do Distrito, saudar Vossa Excelência, e na pessoa de Vossa Excelência saudar o Governo e em especial o seu ilustre Chefe: Salazar.

Ao apresentar a Vossa Excelência as minhas homenagens pessoais e em nome do Distrito, não o faço por mera imposição protocolar, mas por um acto de simples justiça a que têm jus não só a sua qualidade de Membro eminente do Governo, mas também as suas muitas virtudes pessoais.

Tive a honra de, em Coimbra, ter contactos com Vossa Excelência através das actividades da Mocidade Portuguesa, e pude apreciar quanto era querido e admirado por essa pleiade de magníficos rapazes que então constituíam o Centro Universitário que Vossa Excelência, com superior critério, dirigia.

Sei o alto prestígio de que Vossa Excelência gozava na velha cidade universitária, como professor muito distinto da Faculdade de Direito.

Não pode esquecer-me mais a profunda impressão que me causou a magistral síntese por Vossa Excelência apresentada para fecho dos trabalhos do último Congresso da União Nacional, e que pelo seu alto nível definiu para mim desde logo uma invulgar capacidade.

Tem Vossa Excelência, pois, sobrados méritos de ordem pessoal para justificar que um trasmontano com a sinceridade que é apanágio normal dos habitantes destas ásperas serranias, ponha de parte a reserva de que possam julgá-lo adulador, para exprimir com verdade o que pensa acerca das suas superiores qualidades.

Por outro lado, Senhor Ministro, e sobretudo para aqueles que ultrapassaram o meio século, é sempre consolador verificar que novos e jovens valores vão ascendendo às mais altas esferas da governação pública, com largo tempo na sua frente, portanto, para tirarem proveito, a bem da Nação, da experiência que vão adquirindo — como é o caso de Vossa Excelência.

Aceite pois, Senhor Ministro, os nossos agradecimentos pela honra que nos deu dignando-se vir até nós, e as homenagens

de alto apreço e muita admiração que nos merecem as suas reais qualidades.

A continuidade tem sido uma característica marcante da vida do Regime, e sem dúvida um dos factores essenciais do seu triunfo.

Continuidade na Chefia do Estado — durante um quarto de século entregue nas mãos venerandas do Marechal Carmona, hoje exercida pela figura cada dia mais prestigiosa do General Craveiro Lopes, personificação completa das tradicionais e mais altas virtudes portuguesas; continuidade na Presidência do Conselho — e que Deus nos conserve Salazar por muito tempo; continuidade de acção nos diferentes Ministérios.

Dentre eles, no Ministério de que Vossa Excelência é ilustre titular, tem sido particularmente acentuada essa faceta construtiva — e Vossa Excelência é o magnífico continuador da grande obra levada a cabo pelos seus ilustres antecessores.

Pela sua vasta cultura geral e especializada, pela sua clara inteligência, pela sua bela juventude, pelo sentido nato da justiça que constitui uma faceta acentuada da sua marcante personalidade será fácil augurar completo êxito à tarefa de grande responsabilidade que impende sobre os ombros de Vossa Excelência.

Senhor Ministro

O Distrito de Vila Real, como aliás o País inteiro, tem para com o Regime uma dívida de gratidão que jamais poderá saldar.

Através da exposição patente no edifício do Governo Civil e que Vossa Excelência nos deu a honra de inaugurar, pode fazer-se ideia, ainda que necessariamente incompleta, da imensa obra levada a cabo nos últimos 30 anos neste Distrito, para melhorar as condições de vida das populações e dignificar, tornando-os mais eficientes, os diferentes Serviços do Estado.

A cidade de Vila Real, em especial, que se prepara para dentro em breve dar início a uma série de melhoramentos que muito a virão beneficiar, possui já os magníficos edifícios do seu novo Quartel, do Palácio dos C. T. T., do Seminário — para não citar senão os principais — e vai ter hoje o seu património enriquecido com a inauguração do magnífico Palácio da Justiça.

Ao coração dos vila-realenses não pode deixar de ser particularmente grata a feliz coincidência de poder celebrar a data memorável em que se comemoram 30 anos de Regime — que o mesmo é dizer 30 anos de trabalho fecundo, de ordem, de prosperidade — com a inauguração do seu Palácio da Justiça.

A magestade da «Pax Lusitana» tão magistralmente definida pelo ilustre Ministro da Presidência, corresponde a severidade de linhas do magnífico edifício que vai ser inaugurado e a dignidade dos Serviços que ali passarão a funcionar.

Tão importante acontecimento constituirá, sem dúvida, uma notável efeméride na vida da cidade.

Um tão grande benefício devemos-lo ao Governo de Salazar, devemos-lo ao ilustre antecessor de Vossa Excelência, Dr. Cavaleiro Ferreira, merecedor da nossa gratidão e das nossas melhores homenagens, devemos-lo a Vossa Excelência.

Possam as gerações vindouras disfrutá-lo e mantê-lo com a mesma elevação e dignidade que hoje constituem timbre de todos os grandes actos públicos da vida portuguesa; possa a nossa Magistratura, através dos tempos, exercer nele a missão sagrada que lhe incumbe, com a isenção e prestígio que hoje fazem dela uma das mais reputadas do mundo civilizado.

Que Deus assim o permita! Que Deus faça felizes os Portugueses e Portugal cada vez maior!

Levanto a minha taça, Senhor Ministro, para beber pela saúde e prosperidades pessoais de Vossa Excelência.

Depois, o Sr. Coronel Rocha Peixoto, presidente distrital da U. N., proferiu as seguintes palavras:

Senhor Ministro da Justiça  
Excelência

Do Chefe do Distrito e do Presidente da Câmara do Concelho, Con-

celho que hoje recebe a honra de uma tão preclara visita, ouviu V. Ex.<sup>a</sup> os cumprimentos que são devidos à alta hierarquia do lugar que ocupa, e de uma população inteira as saudações afectuosas que, pela boca dos seus representantes, traduzem o respeito pela pessoa e a homenagem aos merecimentos dela.

Ainda que o departamento que V. Ex.<sup>a</sup> superiormente dirige não esteja jseuito, pela natureza muito especial das suas actividades, a qualquer disciplina ou orgânica de ordem política, mas só aos altíssimos princípios que totalmente servem os mais sagrados interesses do homem como elemento do todo social, a União Nacional deste Distrito, por mim representada por força das minhas funções, não pode alhear-se da manifestação que lhe está sendo tributada com acentuado sabor da mais grata estima e de inequívoca consideração.

E precisamente porque a Justiça paira acima de todas as paixões; e porque pela aguda e sábia rectidão dos seus juizes se aquilata o estado moral da sociedade que ela serve, nada mais próprio nem mais grato se me afigura para louvar e encarecer, porquanto, ainda que qualquer outro patrocínio ou égide se sobrestimem, é por força da sua inconcussa integridade e zenital aprumo que se firmam conceitos, se definem princípios se estruturam sistemas, se prestigiam regimes.

Que se avanteja, pois, a um organismo político que com a Justiça se deve irmanar na satisfação do bem comum, e que da sua essência tira a única razão do seu préstimo; que se avanteja — dizia — na obrigação, no imperativo de louvar a pessoa na mão da qual está o penhor do recto e sábio exercício dela?

A União Nacional deste Distrito está pois, como não podia deixar de ser, aqui presente para, além do que pessoalmente a V. Ex.<sup>a</sup> diz respeito, expressar com especial relevo o que deve à Justiça, sem a qual sobram as ideologias mais aliantes, se anulam as realizações mais espectaculosas, se dedignam os homens mais audazes.

Uma outra razão ainda acrescento para justificar, ou melhor, exigir a participação da União Nacional na recepção a V. Ex.<sup>a</sup> dispensada: o engrandecimento local pela cedência de um edifício que, se mais serve à dignidade dos serviços a que se destina, satisfaz ao mesmo tempo uma legítima aspiração da cidade.

E isto não pode ser indiferente ao organismo político do Distrito e particularmente neste caso deste concelho, que se revigora com o prestígio dos homens que no âmulo das hierarquias dão alento e realização a estas aspirações e se enobrece servindo uma Causa em que já todos confiam e dela esperam o ressurgimento integral do País.

Senhor Ministro: digno-se V. Ex.<sup>a</sup> aceitar as saudações da União Nacional deste distrito e transmitir as que devotadamente endereçamos ao Governo e ao seu Prestigioso Chefe.

Para Sua Excelência o Presidente da República que não pode aqui ser esquecido, e perante o qual se curva hoje reverente todo o País, vai o nosso preito da mais subida e sincera homenagem.

E permita ainda Senhor Ministro que eu aproveite o ensejo para expressar, o que deve ser singularmente caro a V. Ex.<sup>a</sup>, o respeito devido à nossa Magistratura, aqui tão relevantemente representada, que no desempenho da sua nobilíssima função seria honra e lustre do país mais civilizado.

Por último, o Sr. Prof. Antunes Varela agradeceu a maneira como tinha sido recebido nesta cidade, e disse que era com satisfação que transmitiria ao Governo as homenagens que na sua pessoa foram prestadas ao Go-

verno, especialmente ao Chefe do Estado e Presidente do Conselho.

Mais tarde, eram 15 e 30 h., o ilustre membro do Governo presidiu à solene inauguração do Palácio da Justiça, ladeado pelos senhores governador civil e presidente da Câmara Municipal.

Nesta sessão usaram da palavra, para pôr em relevo a importância do melhoramento que se acabava de inaugurar, os srs. dr. Mário de Carvalho, director da Cadeia Civil do Porto; dr. Joaquim Gonçalves, juiz do Tribunal do Trabalho; dr. João de Sousa Campos, da Ordem dos Advogados; dr. Manuel dos Santos Carvalho, ajudante do Procurador da República, e dr. Botelho de Sousa, juiz-corregedor de Vila Real.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Humberto Cardoso de Carvalho, presidente do Município, proferiu as seguintes palavras:

Na época de recuperação, que vivemos, desde que, em 1926 Portugal retomou os seus gloriosos destinos, tem o país assistido, periódica e regularmente, à inauguração de empreendimentos levados a cabo pelos governos presidenciais de Salazar.

Essas inaugurações, embora tenham já entrado, portanto, nos hábitos da Nação, determinam sempre, que por uns momentos ergamos ao alto o nosso espírito, que o dinamismo da vida prende constantemente à terra e às preocupações materiais, para publicamente manifestarmos a nossa gratidão ao Governo e ao seu prestigioso Chefe, essa grande figura nacional, que a história registará como um dos mais operantes e esclarecidos condutores de povos.

Assim o demonstram, invariavelmente, os portugueses de qualquer latitude, desde Monção a Timor. Assim, categoricamente o afirma, mais uma vez, a inconfundível capital Transmontana, que hoje despertou em ambiente festivo, para comemorar a conclusão desta obra, e a presença entre nós de Sua Excelência o Ministro da Justiça.

Excelência:

Eco modesto deste bom povo de Vila Real, nas múltiplas e variadas manifestações da sua vida, cabe-me, neste momento, o grato encargo de agradecer esta magnífica construção, com que o Governo acaba de valorizar o património da Cidade e do seu Município.

Faço-o na pessoa de Vossa Excelência, seu ilustre representante, a quem tenho a honra de apresentar o profundo reconhecimento destas gentes de quem Marão, com a confiante promessa da sua dedicação aos Chefes queridos, Craveiro Lopes e Salazar.

E-lhe devido também, Senhor Ministro, o agradecimento da Cidade, da sua Câmara Municipal e do seu Presidente, não só pela distinção, que Vossa Excelência se dignou conceder-nos, vindo pessoalmente presidir a esta solenidade, como ainda pelo alto significado, que a presença de Vossa Excelência lhe transmite.

O entusiasmo espontâneo e as manifestações calorosas, com que Vossa Excelência foi acolhido, desde a recepção no limite do Concelho até às vibrações presentes desta inauguração, valem, no entanto, muito mais do que todas as palavras, que pudesse pronunciar.

Por isso, Senhor Ministro, apenas um obrigado muito sincero, em nome de todos os vila-realenses, que, neste alto recanto da Pátria, continuam pedindo a Deus que conserve a preciosa saúde de Craveiro Lopes e de Salazar, a bem da continuidade histórica de Portugal e dos Portugueses.

Permita-me Vossa Excelência, Senhor Ministro, que, para não cometer o feio pecado da ingratidão, eu dirija um sentido

agradecimento às categorizadas personalidades, que, com a sua presença, hoje emprestaram a Vila Real um pouco do seu prestígio e categoria social.

Quero também deixar aqui exarado o reconhecimento e louvor da Câmara Municipal, a todos quantos dedicadamente contribuíram para a efectivação deste edifício, de tão grande projecção na vida local, não esquecendo os mais modestos colaboradores, esses anónimos obreiros de trabalho prisional, cuja competência está bem patente nos primores da execução, que esta obra nos oferece.

E, finalmente, não podemos esquecer o Director da Brigada Prisional, que aqui trabalhou, Senhor João Rodrigo Torres, a quem sinceramente felicitamos pelos estimulantes resultados obtidos na árdua e melindrosa tarefa, que lhe incumbe, de reabilitação desses homens, a quem o destino, na vida reservou um momento infeliz.

Depois, para encerrar a sessão, usou da palavra o Sr. Prof. Dr. Antunes Varela, ilustre Ministro da Justiça, que disse:

Hoje, a inauguração dum Tribunal, dias depois a abertura de uma cadeia, aqui uma nobre casa de linhas sóbrias, no geral, mas de ar acolhedor e confortável para residência de magistrados, além de um amplo estabelecimento para reeducação de menores, nuns casos o guarnecimento dum cartório ou duma conservatória com o mobiliário indispensável às exigências normais de serviço, noutros o simples equipamento dum repartição suficientemente apetrechada, umas vezes utilizando na construção dos edifícios ou na confecção do mobiliário o trabalho prisional, para associar ao interesse da conveniente instalação ou equipamento das construções uma das mais rasgadas directivas impostas pela política de prevenção do crime, outras vezes confiando na livre iniciativa dos municípios ou estimulando directamente as actividades particulares, eis como, em síntese, desde há anos se desdobra um aumento de intensidade à activa campanha de renovação material com que o Governo se empenhou em contribuir para o necessário aperfeiçoamento dos serviços de administração da justiça.

Poucas são, talvez, as pessoas que hoje têm uma noção exacta acerca da extensão do trabalho de recuperação já realizado neste sector e das somas que o Estado investiu nos vários escallões da sua execução. Muitos ignoram, certamente, o espírito de sacrifício que a parte fundamental dessa campanha, tem posto à prova um departamento cujo pessoal estava naturalmente preparado para um bom número de tarefas que houve necessidade de levar a cabo.

A actividade do Ministério afica, porém, eloquentemente documentada, aos olhos da Nação, através das múltiplas realizações que criteriosamente soube repartir pelos vários recantos da metrópole, das ilhas e do próprio ultramar. Em verdade se diga que a despeito dos erros e das imperfeições inerentes a toda a obra humana, não poderia ser mais lisonjeiro o juízo até agora emitido pelas entidades verdadeiramente responsáveis, tanto nacionais como estrangeiras, sobre os rastos essenciais da orientação que o Governo imprimiu a este importante capítulo da administração pública nacional.

A mão de obra mobilizada para a construção do Tribunal de Vila Real, permite destacar para o primeiro plano das minhas considerações uma das notas da mais profunda repercussão social desta política de valorização dos serviços de justiça. E' o tema do trabalho penitenciário que, naturalmente, está em foco. A necessidade da organização do trabalho dos reclusos, quer dentro dos estabelecimentos com explorações adequadas, quer fora das cadeias na realização de obras com interesse público, sempre foi proclamado pela legislação portuguesa. São

do relatório que precede o Decreto n.º 5.609, de 10 de Maio de 1919, estas judiciosas considerações. «Pela Lei n.º 428, de 13 de Setembro de 1915, ficou o Governo autorizado a criar um Instituto de Criminalogia e a organizar o serviço de administração e inspecção autónomas em todas as prisões maiores, tendo por fim: a) cuidar da inspecção disciplinar e administrativa dos referidos estabelecimentos; b) cuidar do aproveitamento do trabalho dos reclusos que devem ser empregados, tanto na construção de cadeias, colónias penais e semelhantes estabelecimentos, como em obras de vantagem social, utilizando para este fim as verbas descritas no orçamento.

#### O aproveitamento do trabalho ordenado de cerca de 14.000 reclusos

Infelizmente, esta organização — que além de outras vantagens de ordem jurídica, científica, disciplinar e moral, representa o aproveitamento ordenado dos mil reclusos, que nas prisões se encontram inactivos, onerando desmesuradamente o Tesouro e agravando a sua própria e incomportável situação — não pode efectivar-se, apesar dos melhores desejos do Governo, pela única razão de não ter sido devidamente dotado o órgão indispensável à execução de tão imprescindível medida.

A situação financeira, anterior ao movimento de 26, para não referir já outras circunstâncias com a crise orçamental estritamente relacionadas, nunca permitiu, na verdade, estudar sequer o plano de grande envergadura necessário à actualização do direito prisional, no qual simultaneamente cumpria inscrever a substituição quase completa da rede de estabelecimentos então existentes, a remodelação dos princípios básicos da administração penitenciária e a organização metódica do trabalho dos reclusos.

Só a partir de 1939, mercê da infatigável actividade da comissão de construções prisionais e graças também à perfeição dos princípios consagrados na reforma de 1936, foi possível meter ombros à primeira fase do vastíssimo programa de acção aberto pelo atraso deplorável das instituições penitenciárias à iniciativa do Governo. E só meia dúzia de anos volvidos puderam ser definitivamente assentes as primeiras bases da organização nacional do trabalho prisional.

Esta ocupação metódica dos reclusos, não só nas oficinas e nas pequenas explorações agrícolas e industriais das cadeias, mas também em trabalhos de construção civil, tanto dentro como, principalmente, fora dos estabelecimentos, tem compensado generosamente nos múltiplos aspectos em que a iniciativa se presta a ser analisada, o esforço intenso desenvolvido pela Repartição dos Serviços Económicos.

Com o trabalho prisional construíram-se, ou estão em vias de construção, no curto período que medeia entre 1944 e o dia de hoje, o Tribunal e as casas de magistrados de Beja; o Tribunal e as casas de magistrados de Portalegre; a Colónia Penal de Pinheiro da Cruz; o novo pavilhão, refeitório e cozinha, da Colónia Penal de Sintra; a Prisão-Hospital de S. João de Deus; a secção preparatória e as novas oficinas do Reformatório de Caxias; o grandioso edifício da Polícia Judiciária e dos Serviços de Identificação em Lisboa; o Tribunal de Santarém; o Tribunal de Caldas da Rainha; o novo pavilhão da Cadeia-forte de Peniche; o Tribunal e o Reformatório feminino de Viseu; o Tribunal de Guimarães; o Tribunal e as casas de magistrados de Vila Real; a Colónia Correccional de Izeda; e ainda o Tribunal e a Cadeia de Angra do Heroísmo.

Se ao valor material dos edifícios construídos, cuja capacidade de instalação se há-de necessariamente reflectir no rendimento dos serviços e

no decoro indispensável o exercício das funções judiciais, juntarmos os enormes benefícios alcançados no decurso da recuperação social dos delinquentes, não será prematuro afirmar que o trabalho prisional constitui uma esplêndida e promissora realidade, do sistema penitenciário vigente.

#### «Verdades que se não ousa contestar»

Não faltarão, decerto, os detractores empenhados em arrefecer o optimismo dessa conclusão, tirada dos frutos da própria experiência, com a descrição fria da longa jornada que ainda resta percorrer: da renovação das instalações e do apetrechamento dos serviços, do aperfeiçoamento dos princípios que governam a administração penitenciária, na mesma organização administrativa e devoção técnica do trabalho prisional.

São verdades que se não ousa contestar. E seria erro, inclusive, supor que nalgum momento a missão do Ministério num tão vasto e importante sector da administração pública, possa dar-se por inteiramente cumprida.

As aspirações de progresso dos serviços renovam-se incessantemente, ao mesmo tempo que a própria ciência penitenciária alarga infinitamente os seus horizontes num ritmo que as disponibilidades do tesouro não podem, evidentemente, acompanhar; essencial à projecção da obra em curso, não é assim a satisfação plena das necessidades de determinado momento, mas a persistência das condições fundamentais que tornaram viável num país de escassos recursos económicos, o diálogo honroso que a administração prisional conseguiu, por si manter, ao cabo de tantas tentativas malogradas, com as necessidades constantemente multiplicadas pelos seus complexos serviços.

Quando, porém, desse pano de fundo para que o nosso espírito é logicamente atraído, se coloca ao lado da trágica experiência do último século e da confrangedora realidade do primeiro quartel do presente, o trinténio de paz política e de progresso social, que o regime actualmente comemora não faltam à Nação razões fortes para crer confiadamente no futuro.

A situação política nascida no Movimento de 28 de Maio teve, sobre o parlamentarismo estéril contra o qual representa uma justificada reacção, a virtude capital de garantir à Administração a estabilidade e as prerrogativas indispensáveis à obra de profunda renovação material e espiritual que se tornava urgente realizar. E assim pôde o Governo, na verdade, reconquistar o equilíbrio financeiro, promover o fomento económico, reorganizar o comércio bancário, renovar a frota mercante, solucionar o problema dos transportes e comunicações, reequipar e moralizar as forças armadas, aperfeiçoar e prestigiar a administração da Justiça, realizar uma autêntica política de cultura, defender as saídas das populações, tanto urbanas como rurais, fortalecer a unidade familiar, e restaurar, progressivamente, a vitalidade da Nação.

Nascida porém sob o signo da luta pela igualdade económica dos homens, a Revolução Nacional — ao contrário do que em circunstâncias paralelas ocorreu em geral nos regimes absolutistas colocados perante a luta pela igualdade política das várias classes sociais — teve principalmente a larga compreensão necessária para saber discernir das reivindicações das massas proletárias, entre os excessos puramente utópicos, contrários à profunda desigualdade natural dos indivíduos e às legítimas aspirações de justiça social formuladas pela consciência da época. E assim se fez e continua a realizar-se em paz — substituindo, à luta destrutiva das amargas classes sociais, o diálogo construtivo das categorias profissionais e dos grupos económicos, perfeitamente definidos — a Revolução social que noutros pontos do Globo tem sacrifi-

cado ingloriamente a paz e progresso dos povos.

#### Definição da linha de rumo do interesse nacional

Dir-se-á, entretanto, que uma base da primeira virtude reconhecida ao regime, a estabilidade política ou administrativa, está numa razão de puro prestígio pessoal.

Contra o valor absoluto da afirmação uma consideração acode desde logo ao pensamento. O homem que, num plano superior, tem orientado os destinos da Nação, no decurso destas últimas décadas, é o mesmo que em 1921 desceu as escadas de S. Bento profundamente capacitado da impossibilidade de as instituições então vigentes, vencerem a grave crise em que a Nação se debatia.

Quem, durante os períodos de maior perturbação que o mundo moderno conheceu, com tanta clarividência soube afirmar sempre a linha de rumo do interesse nacional, não poderá deixar de constituir, para todos os portugueses a suprema garantia, de que, também, nesse capítulo de importância vital para o futuro do Regime, a Revolução continuará como e quando melhor convier aos interesses da colectividade.

No sector da Justiça, se muitos problemas importa equacionar em novos termos, nenhuma alteração substancial se mostra necessário introduzir nos princípios que superiormente têm orientado, quer a política legislativa, quer a actuação administrativa do Governo.

Esforçar-nos-emos, assim, por concluir com uma possível brevidade as importantes reformas legislativas em curso, e em especial a do diploma fundamental para o comércio jurídico do País; prosseguir em estreita cooperação com os municípios a política da renovação das instalações e do equipamento dos serviços, tendente a aumentar a eficiência da administração da Justiça, fundamental para a paz e progresso da Nação; manter e intensificar o sentido de recuperação social, que anima os serviços jurisdicionais de menores e os próprios serviços profissionais; não afrouxar no rigor da acção disciplinar destinada a aperfeiçoar os serviços e a afastar deste sector da justiça todos os que revelam não possuírem o mínimo indispensável para o desempenho de tão delicadas funções.

Mais adiante, o ilustre membro do Governo afirmou:

«Compreende-se que um Governo destituído de funções legislativas tenha necessidade de pedir às Câmaras a votação de uma medida legal ou de obter dos Tribunais a consagração de certa corrente jurisprudencial. Dentro do actual sistema jurídico o Governo goza, porém, de ampla competência legislativa: pode no uso das suas prerrogativas definir livremente no campo do direito penal os termos em que devem ser punidos os crimes cuja repressão e prevenção de maior interesse se revestem para a segurança do Estado, tanto interior como exterior.

Nem o Governo, nem a Assembleia Nacional, que goza de igual competência, necessitam, portanto, de sacrificar à execução da sua política legislativa a independência da magistratura. Se a autonomia das decisões judiciais assenta sobre o dever de exclusiva obediência à letra, ao espírito das leis, é evidente que à ética do sistema e aos próprios interesses do Governo só deixarão de convir os capazes de traír a suprema deontologia profissional».

E a terminar:

«Eis talvez a razão porque ao findar as minhas palavras me é tão sumamente grato contemplar em espírito o célebre episódio que o pincel de Martins Barata aqui fixou para a posteridade: «Com este óleo meu Senhor, sem mais armas, defenderei a Praça» —

## Corpo de Deus

Realiza-se no dia 31 do corrente, com toda a solenidade e pompa litúrgicas, a Procissão do Corpo de Deus.

Não só porque é Dia Santo de Guarda e Feriado Nacional, mas também e sobretudo pelas ponderosas razões que os determinaram, é de esperar que o nosso povo acorra em massa a incorporar-se no cortejo religioso que, como nos anos transactos, deve revestir-se de singular grandiosidade e desusada imponência.

## Peregrinação

### ao Monte da Senhora de Lurdes

Presidida pelo Senhor Bispo de Vila Real, realizar-se-há, no dia 17 do próximo mês de Junho, a Peregrinação ao Monte da Virgem, acto religioso que costuma revestir-se de extraordinária grandiosidade e imponência.

Nesse acto de devoção e piedade tomarão parte representações das freguesias deste concelho e de outras terras, organismos católicos, crianças da catequese e seminaristas.

## «Ordem Nova»

Devido à aglomeração de trabalho na tipografia onde o nosso jornal é composto e impresso, não se publica na próxima semana este jornal.

disse D. Pedro de Meneses ao Rei de Boa Memória.

Pois, senhoras e senhores, que as altas virtudes cívicas de coragem moral e de confiança expressas na legenda do quadro, fiquem nesta sala a iluminar perpetuamente, o espírito e a vontade de quantos aqui vivem ao serviço da justiça».

O sr. prof. doutor Antunes Varela foi muito aplaudido.

Após ter sido franqueada ao público a visita a todas as dependências do Palácio da Justiça, o Sr. Dr. Antunes Varela seguiu, acompanhado do Senhor Governador Civil do Distrito e outras autoridades locais, em direcção a Vila Pouca de Aguiar, Chaves e Valpaços e daqui para Braga onde assistirá às festas comemorativas da histórica data do 28 de Maio.

Exposição de obras públicas inaugurada por Sua Excelência o Ministro da Justiça no Palácio do Governo Civil em 26 de Maio de 1956

Esta Exposição está patente ao público em todos os dias úteis e até 4 de Junho próximo futuro, das 10 às 12,30 horas e das 15 às 19 horas. Aos domingos das 15 às 17 horas.

*Alto (ou arvi!)*